

Desafios na Identificação Forense Post Mortem Utilizando a Documentação Odontológica

Marcos Felipe de Moura Chaves ¹, Giselly Maria Alvarenga Fernandes ²¹, Wellen Oliveira Borges ³¹, Ianca Fraga Santana da Silva ⁴¹, Stefane Martins de Queiroz ⁵¹, Geovana Thais Ribeiro Cruz ⁶², Geovane Thiago Ribeiro Cruz ⁷², Távila Maria Luz Silva ⁸², Lucas Thiago Ferreira de Sousa ⁹², Mariana Oliveira de Sousa ¹⁰², Daniella Vidigal Fernandes da Silva Guimarães¹¹³



<https://doi.org/10.36557/2674-8169.2025v7n8p779-797>

Artigo recebido em 10 de Julho e publicado em 20 de Agosto de 2025

REVISÃO DE LITERATURA

RESUMO

Introdução: A Odontologia Forense é crucial na identificação de falecidos, especialmente quando impressões digitais não são viáveis, mas a subutilização e baixa qualidade dos registros odontológicos limitam sua eficácia, apontando para a necessidade de melhorias técnicas e educacionais. **Objetivo:** Relatar os desafios enfrentados pelos odontologistas na identificação forense post mortem utilizando a documentação odontológica, e apresentar o que a literatura sugere para que esses desafios sejam superados. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório, de natureza qualitativa e delineada por pesquisa bibliográfica. A pesquisa foi realizada nas bases de dados LILACS e MEDLINE através das buscas avançadas da BVS, utilizando os Descritores em Ciência da Saúde (DeCS)/Medical Subject Headings (MeSH terms) que foram: Antropologia Forense, Odontologia Legal e Registros Odontológicos e seus correspondentes em inglês. Foram selecionadas publicações de 2015 a julho de 2025, em português, inglês e espanhol, disponíveis gratuitamente, incluindo estudos transversais, revisões sistemáticas (com ou sem metanálise) e pesquisas clínicas. Inicialmente, 468 artigos foram obtidos, e após aplicar os critérios de inclusão e exclusão, restaram 8 para leitura integral e seleção final. **Resultados:** Um dos principais desafios encontrados é a inconsistência global nos períodos de retenção da documentação odontológica e a falta de padronização dos registros ante mortem. Sete dos oito estudos selecionados sugerem soluções, como incluir odontologistas nos Institutos Médicos Legais (IMLs), padronizar a documentação e promover a educação continuada na Odontologia Forense. **Conclusão:** A identificação forense post mortem é prejudicada pela falta de padronização e retenção de registros odontológicos, dificultando comparações entre dados ante mortem e post mortem. Recomenda-se incluir odontologistas nos Institutos Médicos Legais e promover educação continuada, além de realizar investigações experimentais para aprimorar a padronização e eficácia das tecnologias.

Palavras-chave: Antropologia Forense; Odontologia Legal; Registros Odontológicos.

Challenges in Forensic Post-Mortem Identification Through Dental Records

ABSTRACT

Introduction: Forensic Dentistry is crucial in the identification of deceased individuals, especially when fingerprint analysis is not feasible. However, the underutilization and poor quality of dental records limit its effectiveness, highlighting the need for technical and educational improvements. **Objective:** To report the challenges faced by forensic odontologists in postmortem identification using dental documentation and to present what the literature suggests as potential solutions to overcome these challenges. **Methodology:** This is an exploratory, qualitative research study based on a bibliographic review. The search was conducted in the LILACS and MEDLINE databases through the BVS advanced search, using the Health Sciences Descriptors (DeCS)/Medical Subject Headings (MeSH terms): Forensic Anthropology, Forensic Dentistry, and Dental Records, along with their English equivalents. Publications from 2015 to July 2025 were selected, in Portuguese, English, and Spanish, available in open access, including cross-sectional studies, systematic reviews (with or without meta-analysis), and clinical research. Initially, 468 articles were retrieved; after applying inclusion and exclusion criteria, 8 were selected for full-text reading and final analysis. **Results:** One of the main challenges identified is the global inconsistency in dental record retention periods and the lack of standardization in antemortem documentation. Seven out of the eight selected studies suggested solutions such as integrating forensic odontologists into Medico-Legal Institutes, standardizing documentation, and promoting continuing education in Forensic Dentistry. **Conclusion:** Postmortem forensic identification is hindered by the lack of standardization and retention of dental records, making comparisons between antemortem and postmortem data difficult. It is recommended to include forensic odontologists in Medico-Legal Institutes, foster continuing education, and conduct experimental investigations to improve standardization and the effectiveness of technologies.

Keywords: Forensic Anthropology; Legal Dentistry; Dental Records.

Instituição afiliada – Cirurgiões-dentistas egressos do Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão (UniFacema)¹, Acadêmicos do curso de Odontologia do Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão (UniFacema)², Professora Mestre do Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão (UniFacema), Caxias – MA³

Autor correspondente: Marcos Felipe de Moura Chaves Moura Chaves - felipechavesodonto@gmail.com

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



INTRODUÇÃO

A identificação de indivíduos falecidos é um dos desafios mais complexos e delicados enfrentados no campo da medicina legal e forense, especialmente em situações de desastres em massa, conflitos, acidentes ou crimes. Nesses cenários, a identificação precisa e rápida das vítimas é crucial não apenas para fins legais e investigativos, mais também para proporcionar resolução e conforto às famílias enlutadas (Ferreira *et al.*, 2020).

Assim, a Odontologia Forense pode ser compreendida como um ramo especializado da odontologia que se comunica com o campo do Direito fornecendo esclarecimentos e assistência em questões judiciais por meio da aplicação de conhecimentos odontológicos, se destacando por sua capacidade única de contribuir para o processo de identificação post mortem de pessoas através da documentação odontológica (Andrade; Zanelato; Canettierrri, 2018; Ferreira *et al.*, 2020;).

Nesse contexto, a documentação odontológica surgiu como uma ferramenta crucial no campo da identificação forense, especialmente em situações que as impressões digitais se tornam inviáveis, como nos casos de carbonização, putrefação avançada ou mutilações graves. Este conjunto de registros padronizados, incluindo anotações detalhadas como, odontograma devidamente preenchido, procedimentos executados detalhados, imagens radiográficas ou fotográficas e modelos de gesso, destinam-se a documentar os cuidados odontológicos fornecidos a cada paciente de forma individualizada (Andrade; Zanelato; Canettierrri, 2018).

Além disso, as informações contidas nesses registros não apenas descrevem os procedimentos realizados, como também podem conter informações relevantes sobre anomalias dentárias, desgastes, e defeitos do esmalte, todos essenciais para a identificação individual (Prajapati *et al.*, 2018).

Com a valorização crescente da documentação odontológica, surgem debates sobre seu papel não apenas no meio clínico, mas também no contexto pericial. Estudos como o de Prajapati *et al.* (2018) têm demonstrado que a precisão e disponibilidade desses registros podem desempenhar um papel fundamental na resolução de casos periciais, muitas vezes substituindo métodos mais dispendiosos, como as análises de

DNA.

Entretanto, Odontologistas têm expressado preocupações com a qualidade da documentação odontológica utilizada durante a identificação post mortem, o que impacta diretamente na eficácia dos esforços de identificação em situações críticas (Prajapati *et al.*, 2018).

Entre 2014 e 2018, apenas 193 (7,8%) indivíduos de um total de 2.461 exames necroscópicos foram identificados utilizando-se as fichas clínica odontológica do paciente, o que implica em um número demasiadamente baixo, tendo em vista a precisão da documentação odontológica na identificação forense. Esses números destacam a subutilização da odontologia forense no processo de identificação post mortem, levantando questionamentos sobre as práticas educacionais e profissionais atuais na área (Souza *et al.*, 2021).

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo relatar os desafios enfrentados pelos odontologistas na identificação forense post mortem utilizando a documentação odontológica, e apresentar o que a literatura sugere para que esses desafios sejam superados, uma vez que, os mesmos precisam ser compreendidos e destacados, para um melhor aproveitamento e aprimoramento dos métodos de identificação forense baseados em evidências odontológicas.

METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório, de natureza qualitativa e delineada por pesquisa bibliográfica. De acordo com Gonçalves (2019), é um método que possibilita a sintetização de informações sobre o tema trabalhado de forma organizada e abordando resultados provenientes de diversas pesquisas que utilizam metodologias distintas.

Para a escolha dos artigos, os critérios de inclusão aplicados foram: a relevância dos estudos para o tema proposto, publicações entre 2015 e julho de 2025, nos idiomas português, inglês e espanhol, disponibilizados de forma completa e gratuita. Quanto aos tipos de estudos, foram selecionados estudos transversais, revisões sistemáticas com ou sem metanálise e pesquisas clínicas. Já os critérios de exclusão aplicados foram: artigos que não respondem à questão da pesquisa, publicações fora do período estipulado e dos delineamentos de estudo citados, em



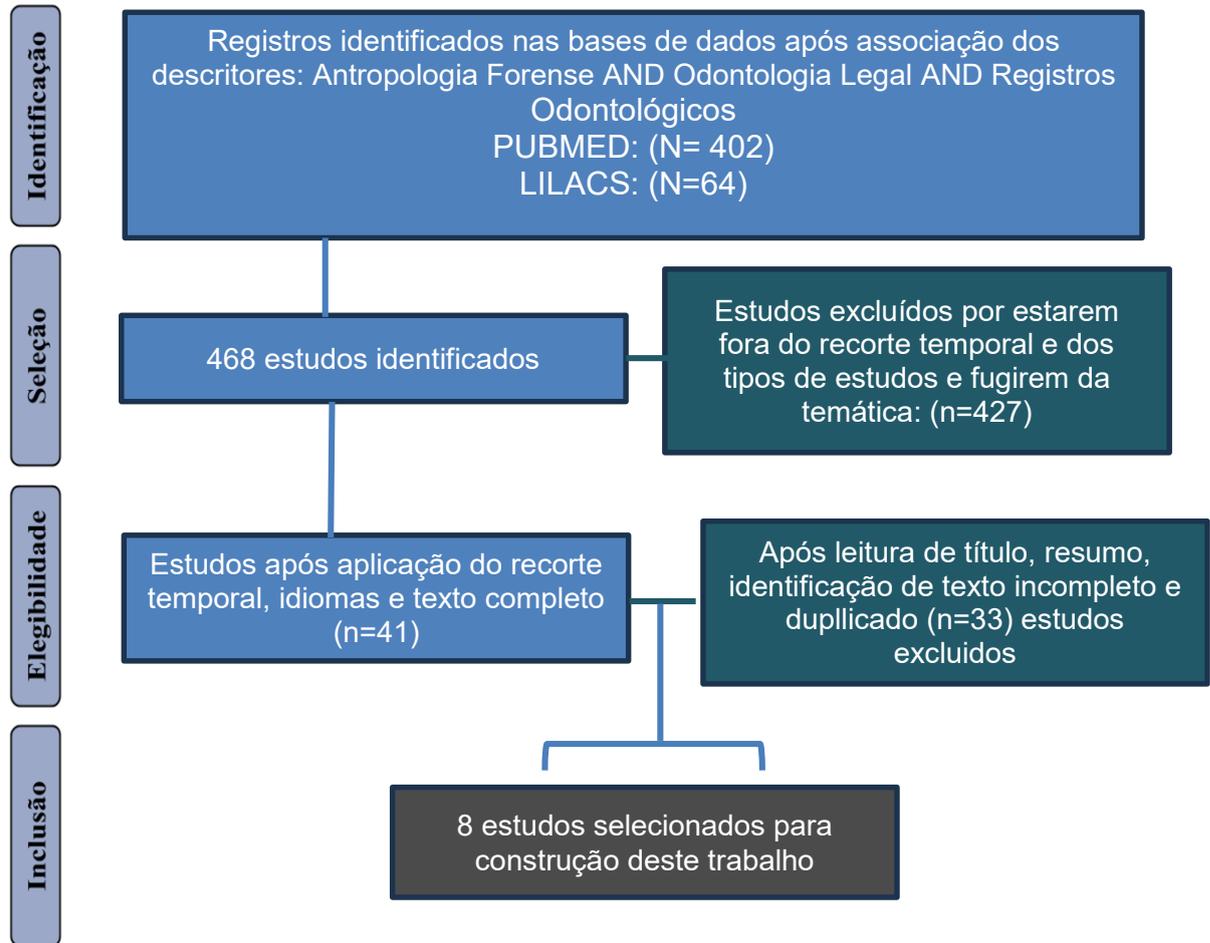
outros idiomas e que estejam disponibilizados de forma incompleta.

Para auxiliar nas buscas nas bases de dados, foi utilizada a seguinte questão norteadora: quais os desafios enfrentados por odontologistas na identificação forense utilizando a documentação odontológica e como a literatura sugere que esses desafios sejam superados?

A pesquisa foi realizada nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE)* através das buscas avançadas da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando os Descritores em Ciência da Saúde (DeCS)/*Medical Subject Headings (MeSH terms)* que foram: Antropologia Forense, Odontologia Legal e Registros Odontológicos, e seus respectivos correspondentes em inglês *Forensic Anthropology, Forensic Dentistry* e *Dental Records* de forma associada e utilizando o operador booleano AND.

Após a realização das buscas nestas bases obteve-se uma amostra inicial de 468 artigos sem os critérios de inclusão. Ao aplicar os critérios de inclusão uma segunda amostra contendo 41 artigos foi gerada, com a leitura de título e resumo e aplicação dos critérios de exclusão, 33 artigos foram desclassificados por não atenderem a questão norteadora. Assim, obteve-se uma terceira amostra contendo 8 artigos que foram lidos na íntegra e selecionados para a construção deste artigo, conforme evidenciado pelo fluxograma 01.

Fluxograma 01: Obtenção dos artigos científicos após combinação dos descritores.

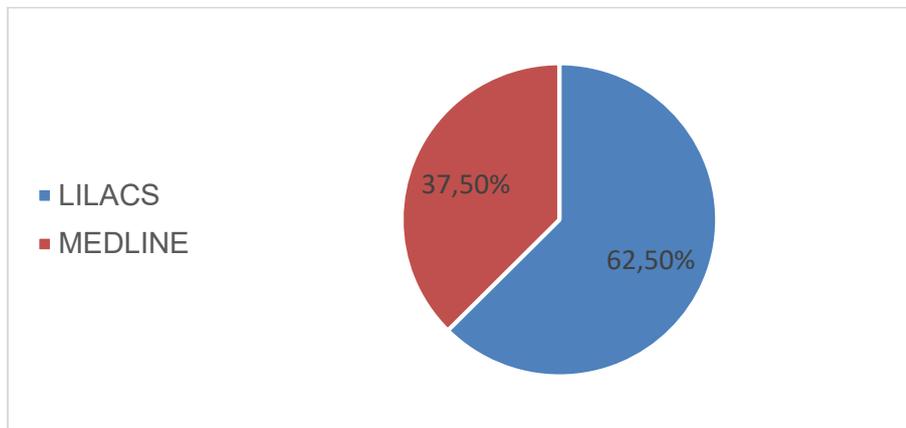


Fonte: Autoria Prória (2025).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

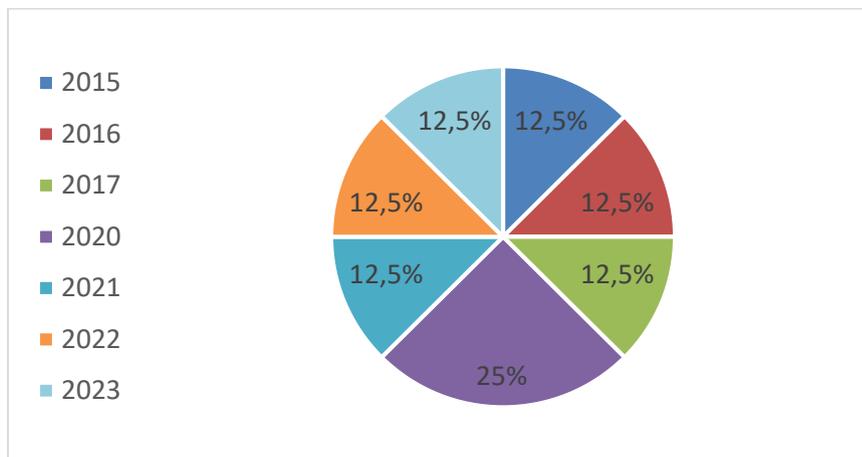
Após as buscas bibliográficas, foram identificados e analisados oito estudos científicos, dos quais cinco (62,5%) foram advindos da LILACS e três (37,5%) advindos da MEDLINE via BVS, entre os anos de 2015 e 2023, conforme demonstrado no Gráfico 1, evidenciando assim uma maior concentração da literatura com essa temática na base LILACS.

Gráfico 01: Percentual de artigos de acordo com base de dados.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Gráfico 02: Percentual de artigos de acordo com ano.



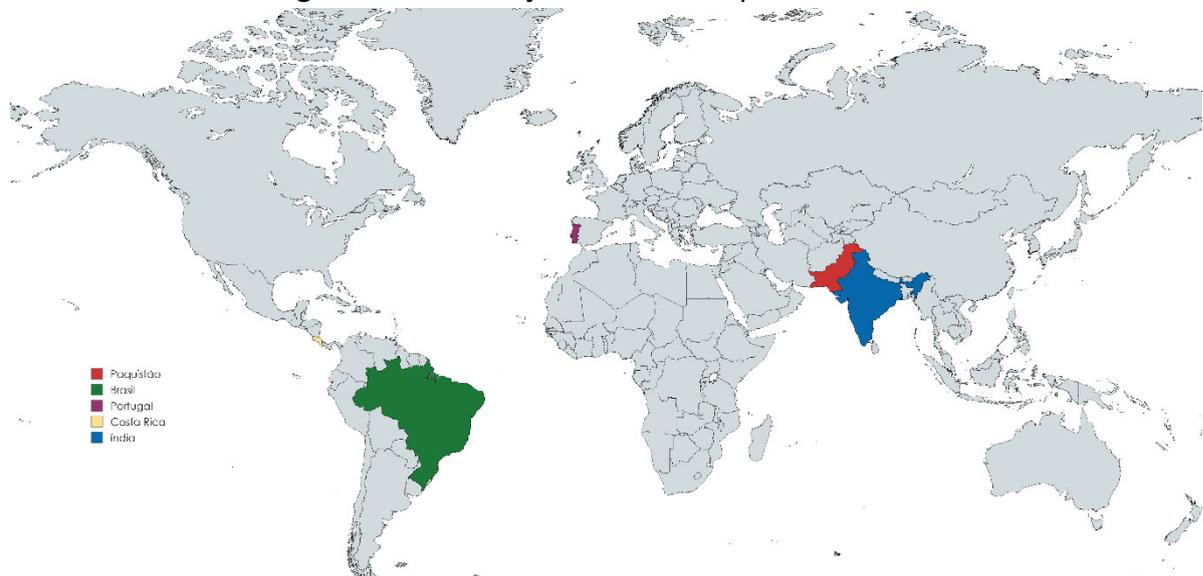
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em relação ao desenho dos estudos, os mesmos foram observacionais do tipo transversal e transversal retrospectivo. A Figura 2 mostra o percentual do ano de publicação dos estudos, onde a maior parte dos trabalhos concentraram-se

principalmente em 2020 (25%), seguido de 2015, 2016, 2017, 2021, 2022 e 2023, todos com 12,5%. Esses dados conferem uma distribuição interessante ao longo dos anos, com destaque para a contemporaneidade dos trabalhos publicados, embora em um quantitativo ainda tímido. Importante também observar que o ano de 2020, com o dobro de publicações nos últimos 10 anos, foi ano pandêmico e com uma alta mortalidade.

O mapa apresentado a seguir ilustra a distribuição geográfica dos estudos selecionados sobre identificação forense *post mortem* utilizando a documentação odontológica. Os dados revelam que o Paquistão e o Brasil lideram em publicações, cada um contribuindo com 37,5% dos trabalhos analisados, refletindo um interesse crescente em odontologia forense nesses países. Portugal, Costa Rica e Índia, por sua vez, somam 12,5% das publicações, destacando a relevância do tema em diversas regiões. Essa diversidade de origens dos estudos não apenas evidencia a contemporaneidade da literatura, mas também sugere um panorama global em evolução, onde diferentes contextos culturais e jurídicos influenciam a prática da odontologia forense e a importância da documentação dental na identificação humana.

Figura 01: Distribuição dos Estudos por País



Fonte: Imagem editada via Software MapChart, disponível em:

<https://www.mapchart.net/world.html>

Para uma melhor compreensão, foi elaborado um quadro sinóptico, (Quadro 01), abrangendo as seguintes categorias: autor/ano, título, objetivo, tipo de estudo e principais achados, tendo como objetivo analisar as semelhanças e diferenças entre as pesquisas selecionadas, proporcionando uma visão sistêmica dos principais elementos contidos em cada estudo, além de permitir uma comparação mais eficiente entre as pesquisas.

Quadro 01: Descrição analítica das semelhanças e diferenças entre os oito artigos científicos selecionados.

Autor/Ano	Título	Objetivo	Tipo de estudo	Principais achados
Magalhães; Pacheco; Carvalho, 2015	O potencial da odontologia legal para a identificação humana das ossadas do departamento médico legal de Vitória/ES	Obter o perfil das ossadas não identificadas armazenadas no setor de Antropologia Forense do IML de Vitória/ES e verificar, através do levantamento e análise dos dados, a possibilidade de identificação dessas ossadas pelo método odontológico, caso houvesse documentação para comparação	Estudo quantitativo, descritivo e transversal	A documentação odontológica foi insuficiente para identificação em 54,45% das ossadas. No entanto, quando as fichas continham pelo menos uma característica odontológica mais a determinação do sexo e estimativa de idade, a taxa de possibilidade de identificação aumentou para 71,11%. É de extrema importância um odontologista nos IML's e que os dentistas mantenham a documentação atualizada.
Dário <i>et al.</i> , 2016	A atuação do odontologista do instituto médico legal de Florianópolis (SC) no processo de identificação <i>post mortem</i>	Avaliar a atuação do odontologista nos casos de perícias de identificação post mortem do Instituto Médico Legal (IML) da cidade de Florianópolis, SC.	Estudo retrospectivo de análise descritiva	O estudo analisou 6.511 laudos periciais do Instituto Médico Legal de Florianópolis, dos 13 casos identificados, 53,84% foram usando prontuário odontológico, 30,76% prontuário e radiografias, mas 46,2% não foram identificados devido

				ao armazenamento e preenchimento incorreto. Ainda destacam que o fluxo digital proporciona agilidade na identificação.
Guimarães <i>et al.</i> , 2017	Medicina Forense e a População Militar: Registos Dentários Internacionais e Sensibilização para a Identificação Humana	Avaliar o compromisso com a organização e arquivamento de registros odontológicos em diversos países e sua relação com a classificação de risco de segurança de cada país, e estudar a qualidade e o valor dos registros odontológicos na população militar portuguesa para a identificação pessoal.	Estudo observacional com abordagem transversal	A inconsistência nas exigências legais, variando de retenção eterna a ausência de requisitos, dificulta a disponibilidade de registros odontológicos para identificação. As diferenças nas regras de arquivamento entre países evidenciam a necessidade urgente de harmonização e padronização dos registros odontológicos.
Syed; Shoro e Manica, 2020	Posição do Paquistão no mundo da odontologia forense e dos registros odontológicos	Investigar a conscientização, informação, treinamento, prática e interesse em Odontologia Forense (OF) entre profissionais no Paquistão. Além disso, projetar ferramentas para promover o conhecimento sobre OF e destacar a importância dos registros dentários.	Estudo transversal	A grande maioria dos dentistas (98,53%) indicou que Odontologia Forense não foi ensinada em suas escolas de odontologia. Cerca de 66% dos dentistas já tinham ouvido falar sobre Odontologia Forense, principalmente por meio de colegas e seminários. A falta de prontuários odontológicos detalhados foi observada em 61% dos dentistas, e houve variações na maneira como os registros são mantidos, a maioria dos participantes (89%) expressou interesse em receber

				formação em Odontologia Forense no país.
Fortes; Lima; Furtado, 2020.	Análise da importância da documentação odontológica no processo de identificação humana no IML de São Luís, Maranhão.	Analisar a qualidade e relevância pericial das documentações odontológicas recebidas pelo IML de São Luís, Maranhão	Epidemiológico de corte transversal	O número de documentações clínicas para identificação odontológica foi baixo (27), apesar de 374 casos mostrarem evidências de tratamento em vida. A qualidade dessas documentações foi insuficiente, resultando em apenas 72,4% de identificação positiva das vítimas nos confrontos.
Kaur <i>et al.</i> , 2021	Conhecimento e práticas de registro e manutenção de registros odontológicos entre os profissionais de odontologia privados de Delhi, Índia.	Avaliar o conhecimento e as práticas dos dentistas que trabalham em clínicas particulares em Delhi quanto à realização e manutenção dos registros odontológicos dos pacientes.	Estudo transversal	Maioria dos entrevistados (97,5%) considera a falta de manutenção de registros como negligência médica, enquanto menos da metade (58,1%) vê a necessidade de registros para propósitos médico-legais. Embora aspectos básicos dos pacientes sejam registrados, como histórico clínico e radiografias, há uma falha na documentação de detalhes odontológicos específicos. Além disso, destaca-se a escassez de ênfase na odontologia forense na graduação, sendo necessário implementação de educação continuada.



Chaves <i>et al.</i> , 2022	Dificuldades na identificação de cadáveres e restos de esqueleto pela Odontologia Forense na Costa Rica: Análise de 165 autópsias.	Descrever o impacto da ausência ou má qualidade dos dados antemortem nos casos de identificação realizados pelo Serviço de Odontologia Legal do Departamento de Medicina Legal ao longo de um período de quase oito anos (2015-2022)	Análise Retrospectiva	Dos 165 casos analisados, a maioria (105 casos, equivalente a 63,65%) não possuía registros dentários antemortem disponíveis. Em 9 casos (5,45%), as informações disponíveis eram inconsistentes. Por outro lado, houve sucesso na identificação positiva em 51 casos (30,90%).
Baqai <i>et al.</i> , 2023	Manutenção de registros odontológicos e conscientização sobre odontologia forense entre dentistas paquistaneses: um estudo de método misto com implicações para o repositório de dados odontológicos	Investigar as práticas atuais de registro odontológico e compreender o nível de conscientização da odontologia forense entre os dentistas paquistaneses em um período de 12 meses.	Transversal	O estudo com 413 cirurgiões-dentistas mostrou que todos geravam registros odontológicos, mas a duração da retenção variava: 26% até 6 meses, 32% de 6 meses a 1 ano, 7% de 1 a 2 anos e 35% por mais de 2 anos. Quanto ao armazenamento, 38% eram manuais, 14% informatizados e 48% em ambos. Desafios na manutenção regular, como recursos limitados e restrições de tempo, foram comuns, assim como a falta de foco na odontologia forense na educação.

Fonte: Autoria própria (2025).

Desafios na identificação forense *post mortem* utilizando a documentação odontológica

Os estudos selecionados abordaram os desafios encontrados na identificação forense *post mortem* através da documentação odontológica, que impactam

diretamente na eficácia e precisão dessa identificação. Um dos principais obstáculos apontados na literatura foi a inconsistência global quanto aos períodos de retenção da documentação odontológica, seguida da escassez de profissionais capacitados e a falta de padronização dos registros odontológicos *ante mortem* (Chaves, 2022; Kaur *et al.*, 2021).

Essa disparidade regulatória, que vai desde a ausência de requisitos formais como a especificação dos tipos de dados a serem mantidos, determinação do período de retenção, normas de segurança e privacidade, regras de acesso e disponibilidade, diretrizes sobre formato e organização, até a retenção permanente dos registros, dificulta a disponibilidade e acessibilidade dessas informações, que são cruciais durante os procedimentos de identificação (Dário *et al.*, 2016).

Nesse sentido, Guimarães *et al.* (2017) destacam a variedade nos períodos de retenção entre os países analisados. Por exemplo, no Brasil e em outros 19 países, o período de retenção recomendado é de 10 anos ou menos, enquanto na Noruega e Israel, os registros são mantidos indefinidamente. Além disso, países como Itália e Canadá não exigem a manutenção de prontuários odontológicos, o que evidencia uma lacuna que pode prejudicar a identificação em casos de desastres em massa. Diante disso, a ausência de padronização dos períodos de retenção e dos formatos de documentação odontológica compromete a eficácia no uso desses dados para identificação.

Baqai *et al.* (2023) revelam que, apesar de 86% dos dentistas manterem prontuários, a falta de uniformidade nas informações contidas neles, como radiografias e fotografias, limita sua utilidade. Assim, Dário *et al.* (2016) reforçam essa questão ao apontar a escassez de laudos odontológicos devido a não padronização do tempo de guarda, bem como o armazenamento desorganizado e inconsistente da documentação odontológica, destacando que, entre os anos de 2005 e 2014, o IML de Florianópolis arquivou 6.511 laudos periciais de identificação *post mortem*, dos quais apenas 26 (0,39%) eram odontológicos, comprometendo o sucesso na identificação, com apenas 50% de casos identificados positivamente.

Complementando esses achados, Chaves (2022) destaca que a ausência de registros odontológicos *ante mortem* é um fator crítico que dificulta a identificação forense. Em uma análise de casos realizada na Costa Rica entre 2015 e 2022,

constatou-se que, 63,65% dos casos (105 indivíduos) não possuíam registros odontológicos *ante mortem*. Além disso, 5,45% (9 casos) apresentavam informações inconsistentes, enquanto apenas 30,90% (51 casos) foram identificados positivamente. Esses dados reafirmam que a falta de registros odontológicos *ante mortem* compromete a eficácia da identificação humana. Esse cenário é corroborado por Kaur *et al.* (2021), que apontam a retenção inadequada de registros como um dos principais desafios na odontologia forense.

Além disso, destaca-se que a qualidade e integridade dos registros mantidos por cirurgiões-dentistas são variáveis, apresentando desafios na documentação detalhada, quesito este necessário para comparações precisas entre as informações *ante mortem* e *post mortem* (Dário *et al.*, 2016). Nesse viés, a identificação *post mortem* exige um método comparativo rigoroso, onde as características dentárias e bucomaxilofaciais são confrontadas com os registros odontológicos, mas a baixa qualidade desses documentos dificulta esse processo (Chaves, 2022). Estudos como os de Syed, Shoro e Manica (2020) confirmam que muitos dentistas ainda não mantêm prontuários odontológicos detalhados, prejudicando a identificação.

Por fim, Magalhães, Pacheco e Carvalho (2015) discutem as dificuldades na identificação de ossadas no Brasil, destacando a falta de registros odontológicos detalhados e a escassez de profissionais qualificados em odontologia legal como fatores que agravam o processo, especialmente em regiões com altos índices de violência. A quantidade limitada de especialistas impacta negativamente a eficácia da identificação *post mortem*, aumentando o risco de erros na coleta, análise e interpretação dos dados, além de provocar atrasos no processo. A sobrecarga de trabalho para os poucos especialistas disponíveis e a ausência de treinamento adequado para cirurgiões-dentistas sobre preenchimento e guarda da documentação odontológica também contribuem para falhas na documentação, comprometendo a precisão das investigações forenses.

Estratégias sugeridas pela literatura para superar os desafios identificados

A literatura analisada apresenta algumas estratégias para superar os desafios da identificação forense, principalmente no que se refere à documentação odontológica. Tais abordagens visam aumentar a precisão e a eficácia dos processos de identificação, garantindo maior rigor e confiabilidade nos resultados.

Sete dos oito estudos selecionados sugerem soluções como, a inclusão de odontologistas nos Institutos Médicos Legais (IMLs), padronização da documentação e do tempo de retenção, além da promoção de educação continuada e a inserção da Odontologia Forense nos currículos de graduação (Magalhães, Pacheco e Carvalho 2015; Dário *et al.*, 2016; Guimarães *et al.*; 2017; Syed, Shoro e Manica, 2020; Fortes; Lima; Furtado, 2020; Chaves, 2022; Baqai *et al.*, 2023).

Dário *et al.* (2016) e Magalhães, Pacheco e Carvalho (2015) destacam que a presença de odontologistas qualificados é fundamental para a aplicação precisa das técnicas forenses, garantindo a validade científica nos processos de identificação, especialmente em casos de ossadas, e reforçam que a digitalização dos registros pode agilizar esses procedimentos, algo que se contrapõe aos achados de Syed, Shoro e Manica (2020), onde a maioria dos registros ainda é mantida de forma manual. A organização, atualização e conservação dos prontuários odontológicos pelos cirurgiões-dentistas também é enfatizada por Magalhães, Pacheco e Carvalho (2015), como essencial para colaborar com identificações *post mortem*.

Além disso, Guimarães *et al.* (2017) e Baqai *et al.* (2023) ressaltam a importância de políticas padronizadas para retenção de registros, especialmente em situações de desastres em massa. Os autores sublinham a urgência de estabelecer padrões internacionais consistentes para garantir que as informações odontológicas estejam acessíveis e utilizáveis globalmente.

Adicionalmente, Syed, Shoro e Manica (2020) propõem a inclusão de programas educacionais formais em Odontologia Forense nas faculdades de odontologia, garantindo que futuros profissionais sejam treinados adequadamente e ainda defendem a transição para métodos de armazenamento digital, assegurando a integridade dos dados e a eficácia na resposta a investigações forenses. Fortes, Lima e Furtado (2020) concordam, sugerindo melhorias na produção e preservação de registros, além da padronização para facilitar processos periciais e proporcionar respostas rápidas às famílias das vítimas.

Outrossim, Chaves (2022) também propõe melhorias na coleta e manutenção de registros *ante mortem*, defendendo a adoção de tecnologias avançadas, como imagens digitais e análise computacional, para aumentar a precisão e eficiência dos métodos de identificação. Kaur *et al.* (2021), em seu estudo no Paquistão, sugere que

workshops, seminários e mídias sociais são eficazes na disseminação do conhecimento em Odontologia Forense, além de, corroborando com Syed, Shoro e Manica (2020), destacar a inclusão dessa disciplina nos currículos acadêmicos para melhor preparar os futuros profissionais desde o início de suas carreiras.

Diante do exposto, observa-se que a superação dos desafios na identificação forense, especialmente no que tange à documentação odontológica, passa por um conjunto de ações que envolvem a capacitação profissional, a modernização dos processos de registro e a padronização internacional das práticas. A interseção entre avanços tecnológicos, práticas educativas e políticas regulatórias robustas emerge como um fator crucial para a melhoria da eficiência e precisão nos processos de identificação, reforçando a necessidade de colaboração interdisciplinar e de um comprometimento contínuo com o aprimoramento dessas práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos desafios na identificação forense *post mortem* utilizando a documentação odontológica revelou inconsistências na retenção de registros odontológicos e a ausência de padronização dos mesmos, comprometendo a acessibilidade das informações necessárias. A falta de registros detalhados e a baixa adesão a práticas eficazes de documentação e armazenamento de dados, essenciais para facilitar o processo de identificação, ainda são barreiras importantes.

A escassez de profissionais qualificados na área, aliada à qualidade variável dos prontuários, dificulta comparações entre dados *ante mortem* e *post mortem*, resultando em dificuldades na identificação. As estratégias sugeridas para superar esses desafios incluem a inclusão de odontologistas nos Institutos Médicos Legais, a promoção da educação continuada desde a graduação, para conscientizar futuros profissionais sobre a importância da documentação forense, quanto para odontologistas em atividade, visando o aprimoramento das práticas, bem como a implementação de protocolos de padronização e armazenamento digital de registros odontológicos.

Este estudo apresenta limitações, uma vez que a literatura revisada se constituiu apenas de estudos observacionais, que nos levam a uma associação, e não a uma relação de causa e efeito entre as variáveis analisadas. A partir disto, é



recomendado que pesquisas experimentais com essa temática sejam confeccionadas, visando preencher lacunas sobre padronização global, variação regulatória, implementação de tecnologias avançadas, inclusive avaliando a eficácia de sistemas digitais integrados e o impacto da formação em Odontologia Forense a partir da graduação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Adrielle Caroline Moreira; DOS SANTOS ZANELATO, Vanessa; CANETTIERI, Antonio Carlos Victor. Avaliação da percepção dos cirurgiões-dentistas de São José Dos Campos (SP) sobre a importância legal do prontuário odontológico. **Revista Brasileira de Odontologia Legal**, v. 5, n. 3, 2018.

FERREIRA, Dayane Rafaela et al. Avaliação do conhecimento dos cirurgiões-dentistas de alfenas-MG sobre a importância do prontuário odontológico na identificação humana. **Revista Brasileira de Odontologia Legal**, v. 7, n. 3, 2020.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 2, n. 5, p. 29-55, 2019.

PRAJAPATI, Ghevaram et al. Role of forensic odontology in the identification of victims of major mass disasters across the world: A systematic review. **PloS one**, v. 13, n. 6, p. e0199791, 2018.

SOUZA, Vivian dos Santos et al. Identificação humana pela odontologia legal no instituto médico legal de Roraima (2014-18). **Rev. Bras. Odontol. Leg. RBOL**, p. 20-28, 2021.

GUIMARÃES, Maria Inês et al. Forensic medicine and the military population: International dental records and personal identification concerns. **Acta medica portuguesa**, v. 30, n. 2, p. 100-107, 2017.

BAQAI, Haifa Saquib et al. Maintenance of dental records and awareness of forensic odontology among pakistani dentists: a mixed-method study with implications for dental data repository. **BMC Oral Health**, v. 23, n. 1, p. 783, 2023.

SYED, Falak Murad Shah; SHORO, Suman; MANICA, Scheila. Pakistan's position in the world of forensic odontology and dental records. **The Journal of Forensic Odontostomatology**, v. 38, n. 2, p. 47, 2020.

FERNÁNDEZ CHAVES, José Manuel. Difficulties in the identification of corpses and



skeletal remains by Forensic Odontology in Costa Rica: Analysis of 165 autopsies. **Medicina Legal de Costa Rica**, v. 39, n. 2, p. 69-74, 2022.

KAUR, Gurkiran et al. Knowledge and practices of recording and maintaining patients 'dental records among private dental practitioners of Delhi, India. **Brazilian Journal of Oral Sciences**, v. 20, p. e214995-e214995, 2021.

DÁRIO, Luísa Thayrine Pacheco et al. A atuação do odontologista do instituto médico legal de Florianópolis (SC) no processo de identificação post mortem. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo**, v. 28, n. 1, p. 17-23, 2016.

FORTES, Adylla Bianca Coelho; LIMA, Laíse Nascimento Correia; FURTADO, Frederico Mamede Santos. Análise da importância da documentação odontológica no processo de identificação humana no IML de São Luís, Maranhão. **Revista Brasileira de Odontologia Legal**, v. 7, n. 2, 2020.

MAGALHÃES, Luciana Vigorito; DOS SANTOS PACHECO, Karina Tonini; CARVALHO, Katia Souza. O potencial da odontologia legal para a identificação humana das ossadas do departamento médico legal de Vitória/ES. **Revista Brasileira de Odontologia Legal**, v. 2, n. 2, 2015.

PRAJAPATI, Ghevaram et al. Role of forensic odontology in the identification of victims of major mass disasters across the world: A systematic review. **PloS one**, v. 13, n. 6, p. e0199791, 2018